

## **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA**

### **EMENDA AO PROJETO DE LEI Nº 29, DE 2007 (Apenso os Projetos de Lei nº 70, de 2007, nº 332, de 2007, e nº 1.908, de 2007) (Do Sr. Paes Landim)**

Dispõe sobre a comunicação audiovisual de acesso condicionado e dá outras providências.

### **EMENDA SUPRESSIVA Nº \_\_\_\_\_**

Suprima-se do artigo 26 do Projeto de Lei nº 29 de 2007 que da nova redação com ao artigo 38 da Medida Provisória 2228-1/2001, os §§1º e 2º propostos.

### **JUSTIFICAÇÃO**

O setor de Televisão por Assinatura se recente do fato das contribuições a ele impostas não serem, em nenhuma medida, revestidas ao seu aprimoramento, qualquer que seja, tal como ocorre no caso do FUST. Com efeito, ensina a boa doutrina jurídica que a contribuição é paga porque o contribuinte faz parte de algum grupo, de alguma categoria identificada a partir de certa finalidade qualificada constitucionalmente, e assim por diante. O critério para sua criação tem apoio do fato do contribuinte fazer parte daquele rol de contribuintes (qualidade) e não numa essência (como fato determinado) ou utilidade (benefício ou vantagem). Sob tal aspecto, a Condecine se encaminha na mesma direção, tratando-se de mais uma contribuição estabelecida sem qualquer critério ou expectativa para os contribuintes, o que prejudica o setor de televisão por assinatura. A presente emenda propõe a exclusão dos §§1º e 2º do art. 38 da MP 2228-1/2001 sob exame, por entender não haver respaldo constitucional para a outorga de poderes de Agência Reguladora à Ancine. A instituição de contribuições de intervenção na atividade econômica (CIDE's) como se caracteriza a CONDECINE, deve obedecer ao princípio da referibilidade. Não há justificativa Constitucional e da ordem tributária para que o setor de televisão por assinatura, aqui chamado de Serviço de Acesso Condicionado (SAC) contribua para o desenvolvimento da produção audiovisual brasileira

independente de outros segmentos de mercado que não de onde foram geradas as contribuições, razão pela qual torna-se de rigor a presente proposta.

Sala das Comissões, em 09 de fevereiro de 2010.

**Paes Landim**  
Deputado Federal - PTB/PI